



CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A Administração da Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedoros de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e a Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

1 - INTRODUÇÃO

A Companhia, anteriormente denominada Nextel Telecomunicações Ltda., foi constituída em 17 de setembro de 1991, possui sede na cidade de São Paulo - SP e tem como principal objeto prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviço de Acesso Condicionado - SeAc (TV por Assinatura) e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, os quais estão sujeitos à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), bem como serviços de outras naturezas, tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é controlada pela Claro S.A. ("Claro"), detentora de 68,08% do capital social total.

As principais sociedades em que a Companhia detém o controle (direta ou indiretamente) são as que seguem:

- **Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAc, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas;
- **Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"):** Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas; e
- **TelmeX do Brasil S.A. ("TdB"):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

Ao longo de 2024, a atividade econômica e o mercado de trabalho no Brasil surpreenderam positivamente, em grande parte devido a determinadas ações do Governo que impulsionaram a demanda interna. Por conta disso, sobretudo a partir do 2º semestre, o ambiente inflacionário brasileiro foi se tornando menos favorável. A alta de preços principalmente de alimentos e de energia elétrica, o aquecimento da demanda interna por produtos industrializados e serviços, e a desvalorização do real, em parte por conta das incertezas fiscais, pressionaram a inflação oficial (IPCA), que encerrou 2024 em 4,83%. O Banco Central do Brasil optou por retomar o ciclo de alta da taxa básica de juros, que vinha num consistente movimento de redução. A taxa Selic iniciou o ano a 11,75% ao ano (a.a.), atingiu 10,50% a.a. em setembro e terminou o ano de 2024 em 12,25% a.a., com sinalização pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) de mais duas altas de 1 ponto percentual nas duas primeiras reuniões de 2025. Da mesma forma, a taxa de câmbio da moeda norte-americana sofreu uma forte alta e encerrou 2024 cotada a R\$6,1923 (aumento de 27,1% comparada com a taxa de encerramento de 2023, que foi de R\$4,8413). Apesar disso, as importações apresentaram um aumento considerável ao longo do ano.

A expectativa dos analistas de mercado, conforme relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 28 de fevereiro de 2025, é que essa gradual elevação da taxa Selic deve continuar como medida de contenção da inflação e encerrar 2025 no patamar de 15% a.a.

Nesse cenário, a concessão de crédito também poderá ser afetada levando a um menor crescimento em 2025. Para alguns analistas, a projeção para 2025 é a de contenção do ritmo de crescimento do consumo por parte das famílias, em função da expectativa de menor criação de postos de trabalho, portanto redução da massa real de rendimentos. Por conta do menor crescimento do PIB, desaceleração do mercado de trabalho, intensificação do aperto monetário, redução do impulso fiscal e menor pressão sobre os preços de alimentos, espera-se uma trajetória de desaceleração da inflação a partir do 2º semestre de 2025. Apesar desses efeitos, a projeção, segundo o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 28 de fevereiro de 2025, é de um aumento do IPCA para 5,65% em 2025 e uma redução para 4,40% apenas em 2026.

A nível global, com a posse do novo presidente norte-americano, a expectativa é de uma série de mudanças das relações externas dos Estados Unidos e na condução da economia mundial. As anunciadas medidas de corte de impostos corporativos, imposição de tarifas na importação de produtos industrializados, deportação de imigrantes ilegais, que pode causar escassez de mão de obra, colocam em risco o equilíbrio das contas públicas e aumentam o risco inflacionário na economia americana. Isso poderá acentuar o fim do ciclo de redução da taxa básica de juros pelo *Federal Reserve* (FED) e, por conseguinte, impactar as taxas de câmbio dos países emergentes e os preços dos bens industrializados e de alimentos.

3 - DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia obteve em 2024 uma destacada performance operacional nos mercados em que atua. A Companhia manteve o crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com 278 mil adições líquidas positivas em 2024. E segue liderando o mercado de banda larga no Brasil, com 19,8% de participação de mercado em 2024. No segmento de "ultra-high speeds" (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 27,3% em participação de mercado, com adição de 1,6 milhão de clientes no ano.

A Companhia alcançou o marco histórico de 10 milhões de clientes banda larga no segmento Consumo, refletindo sua força e sua liderança no Brasil.

Considerando todas as tecnologias, a Companhia está presente em 512 municípios e 41,6 milhões de *Homes Passed* (HPs). Em TV por assinatura, a Companhia continua liderando o mercado brasileiro, com 45,7% de participação de mercado em 2024, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. A plataforma de *Video On Demand* (VOD) continua sendo líder no mercado brasileiro, atingindo 98 mil títulos e cerca de 700 milhões de visualizações.

A base de clientes com a oferta convergente da Companhia, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 9,1% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

A Claro foi vencedora do prêmio Consumidor Moderno 2024 na categoria Telecomunicações - TV por assinatura. O prêmio reconhece empresas que se destacam na qualidade do atendimento ao cliente, inovação e excelência em produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Notas	Controladora		Consolidado		
		2024	2023	2024	2023	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.733	13.180	124.786	314.342	
Contas a receber, líquidas	5	316.162	355.359	549.433	716.592	
Partes relacionadas	15	2.776.279	5.094.786	4.541.702	6.713.706	
Estoque	6	65.791	77.473	66.975	77.376	
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	144.852	106.726	183.080	158.755	
Despesas antecipadas	8	519.476	506.826	534.818	515.020	
Outros ativos		15.281	24.105	16.972	26.957	
		3.842.574	6.178.458	6.017.786	8.521.848	
Não circulante						
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	291.984	466.478	313.927	480.646	
Tributos diferidos, líquidos	7.2	3.023.388	2.866.804	3.503.161	3.213.526	
Depósitos judiciais	14	645.806	765.940	659.723	781.626	
Partes relacionadas	15	18.519	106.438	3.337.374	797.006	
Despesas antecipadas	8	894.226	822.682	922.093	851.385	
Ativo atuarial	16	—	—	20	22	
Outros ativos		859	—	856	—	
Investimentos	9	7.845.775	5.180.251	—	—	
Imobilizado	10	11.622.118	12.051.826	13.451.385	14.061.333	
Intangível	11	917.175	1.045.901	1.055.707	1.213.878	
		25.259.850	23.306.320	23.244.246	21.399.422	
Total do ativo		29.102.424	29.484.775	29.262.012	29.921.270	
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	12	1.594.866	1.661.471	1.806.914	1.813.188	
Fornecedores - outras contas a pagar	12	—	104	—	104	
Obrigações fiscais, líquidas	13	168.494	326.357	189.633	343.490	
Provisões	14	126.726	142.756	134.313	149.382	
Partes relacionadas	15	374.619	463.150	395.712	493.850	
Receitas diferidas		571	3.476	7.500	15.793	
Passivo de arrendamento	17	28.051	57.587	30.213	62.919	
Outras obrigações		165.284	161.642	173.905	171.886	
		2.456.611	2.816.543	2.738.190	3.050.612	
Não circulante						
Obrigações fiscais, líquidas	13	821	821	821	829	
Provisões	14	489.917	505.937	589.807	621.231	
Partes relacionadas	15	12.396.210	12.676.135	12.150.718	12.725.592	
Passivo atuarial	16	71.745	76.624	71.745	76.624	
Passivo de arrendamento	17	10.266	26.538	15.821	36.451	
Outras obrigações		161.077	84.263	181.133	112.017	
		13.130.036	13.370.318	13.010.045	13.572.744	
		15.888.647	16.186.861	15.748.235	16.623.356	
Total do passivo						
Patrimônio líquido	18					
Capital social		21.430.205	21.430.205	21.430.205	21.430.205	
Reserva de capital		118.683	118.683	118.683	118.683	
Outros resultados abrangentes		(43.634)	(51.657)	(43.634)	(51.657)	
Prejuízos acumulados		(7.991.477)	(8.199.317)	(7.991.477)	(8.199.317)	
Total do patrimônio líquido		13.513.777	13.297.914	13.513.777	13.297.914	
Total do passivo e patrimônio líquido		29.102.424	29.484.775	29.262.012	29.921.270	
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Capital social		Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	2024	2023				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.430.205	118.683	—	(11.413.131)	10.123.758	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	3.213.814	3.213.814	—
Atualização do passivo atuarial	—	—	—	(39.658)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.430.205	118.683	—	(8.199.317)	13.297.914	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	207.840	207.840	—
Atualização do passivo atuarial	—	—	—	8.023	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	21.430.205	118.683	—	(7.991.477)	13.513.777	—
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Companhia" ou "Claro NXT") foi constituída em 17 de setembro de 1991, possui sede na cidade de São Paulo - SP e tem como principal objeto prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviço de Acesso Condicionado - SeAc (TV por Assinatura) e de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, bem como serviços de outras naturezas, tais como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado - SVA, locação e comercialização de bens.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é controlada pela Claro S.A. ("Claro"), detentora de 68,08% do capital social total.

A Companhia detém controle direto das seguintes controladas:

- **TelmeX do Brasil S.A. ("TdB"):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, na prestação do serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens;
- **Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"):** Importação comércio de equipamentos e outras atividades correlatas; e
- **Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"):** Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado - SeAc, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado - SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.

Operações Societárias 2023:

i. Dissoluções das controladas:

Em 01 de agosto de 2023, em Instrumentos Particulares de Distrato Social, foram aprovadas as dissoluções, liquidações e consequentes extinções das controladas Claro NXT Telecomunicações Longa Distância Ltda., Sunbird Participações Ltda. e Sunbird Telecomunicações Ltda. pela acionista Claro e pela Companhia. Em decorrência das dissoluções, liquidações, foram apurados prejuízos, não havendo, portanto, haveres a serem apurados.

Operações em telecomunicações:

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pela Companhia e suas controladas:

Companhia	Licença
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAc)
Tvsat	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAc)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Direitos de exploração de satélite:

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W - Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W - Banda Ku e X 63°W, 65°W, 68°W	08/10/03	13/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	70°W, 84°W - Banda X	06/04/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	65°W, 70°W - Banda X	06/04/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W - Banda C e Ku	09/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W - Banda Ka e Ku	02/02/12	06/02/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W - Banda Ka e Ku (Planejada)	22/03/12	28/03/27

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do IFRS® Accounting Standards ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 18/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadeleгал.Valor.com.br/valor/2025/03/18/CLARONXT1581403218032025.pdf>
Hash:17422524004931752a9d3f4bfa86ed64e95520468e

4 - DESEMPENHO FINANCEIRO

R\$ Milhões	2024	2023	Δ%
Receita líquida total	17.637	17.035	3,5%
EBITDA	6.566	6.090	7,8%
Margem EBITDA	37,2%	35,8%	1,5 p.p.

Em 2024 a, receita líquida total foi de 17,6 bilhões de reais, 3,5% acima do mesmo período de 2023. Destaque para o crescimento de 7,9% na banda larga fixa residencial, resultado do aumento da base de assinantes, incremento do ARPU, dentre outros aspectos.

O EBITDA de 2024 totalizou 6,6 bilhões de reais, 7,8% acima de 2023, margem EBITDA de 37,2%, 1,5 p.p. acima do mesmo período do ano anterior.

A Companhia segue focada em manter sua jornada de crescimento sustentável de receita e EBITDA.

5 - INVESTIMENTOS

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo para o desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2024, a Companhia investiu R\$2,9 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga.

6 - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

Nesta sessão, se adotará o termo "Claro" para representar a Companhia, sua controladora direta e suas controladas diretas e indiretas.

Em 2021, a Claro aderiu ao Pacto Global, chamada da Organização das Nações Unidas (ONU) para que empresas alinhem suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Atualmente, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Com esta adesão, a Claro reforça, junto com empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 - um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Todas as ações foram divulgadas pela Claro em 2024 (https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Claro_Impacto2023_VF.pdf), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa.

Ambiental:

A Claro adota diversas práticas de ESG, age de forma ativa para reduzir sua pegada de carbono ao longo da cadeia produtiva e faz campanhas de reciclagem e conscientização junto à população sobre o tema. A Claro alinha suas ações ambientais com os Objetivos por um Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e é signatária do Pacto Global.

Implementado em 2017, o programa "A Energia da Claro" é considerado um dos maiores programas de energia renovável nacionais por um consumidor privado, prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa. Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Claro e a redução das suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

O programa energético é referência nesta modalidade de geração de energia. São 101 usinas, de fontes limpas e renováveis, como solar, hidrelétrica, e de biogás, responsáveis pela produção de 75% de toda a energia utilizada pela Claro. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Claro, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio-base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, entre outras, chegando próximo da meta de atingir pelo menos 80% do consumo total com energia limpa. No segmento de média tensão, a Claro adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem somente energia limpa.

Em 2024, mais de 4,5 mil toneladas de equipamentos foram reciclados diretamente pela Claro, sendo 700 quilogramas em celulares, periféricos e baterias, que tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Adesão à Política Nacional de Resíduos Sólidos) tiveram também aumento de 60% de uso de biocompostíveis na frota nacional, totalizando 80%. Somadas todas as iniciativas, atingimos o marco evitado de 400 mil toneladas de carbono, sem uso de créditos de carbono.

Social:

A Claro e o Instituto Claro atuam no pilar social a partir de dois eixos-chave: educação e cidadania. O Instituto Claro foi a segunda organização de responsabilidade social corporativa no Brasil a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o selo de Status Associativo e mantém parceria com o Unicef em várias iniciativas de educação.

Em parceria com instituições públicas de ensino, levamos tecnologia para as escolas, formação para os professores e oportunidades para os alunos. Promovemos transformações em projetos que se tornaram exemplo de sucesso, e posicionamos o Instituto Claro em uma *hub* de inovação em educação a serviço do país, compartilhando tecnologias sociais por meio de projetos como Educonex® o.o, Dupla Escola, Campus Mobile, Naves do Conhecimento e Trajetórias de Sucesso Escolar.

A Claro e o Instituto Claro beneficiaram, de 2019 a 2024, 35 mil estudantes e 89 mil professores, em 217 municípios em 7 estados brasileiros. Até 2025, a Claro e o Instituto Claro projetam impactar mais de 130 mil, entre alunos,



CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67



← continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

de sua participação anterior na adquirida, cuja contrapartida tenha sido contabilizada como outros resultados abrangentes (em ajustes de avaliação patrimonial), em seu patrimônio líquido. Nesse caso, o valor contabilizado pelo adquirente, em outros resultados abrangentes, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas, caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida (ou seja, deve ser reclassificado para a demonstração do resultado do período).

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS 9/CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.3. Novos pronunciamentos contábeis
Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2024 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterações quanto à classificação da dívida com "covenants".
IAS 7 correlato ao CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa	Alterado pelos Acordos de financiamento de fornecedores (Emendas à IAS 7 e à IFRS 7).
IFRS 7 correlato ao CPC 40: Instrumentos Financeiros: Divulgações	
IFRS 16 correlato ao CPC 06 (R2) e IAS 17: Locações.	Alterações destinadas a clarificar a forma como um vendedor-locatário mede subsequentemente as operações de venda e locação financeira.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC, IASB, International Sustainability Standards Board ("ISSB"), Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade ("CBPS") e nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, seguindo mudanças nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.	1º de janeiro de 2025
IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Emenda referente a (<i>Lack of Exchangeability</i>) falta de conversibilidade.	1º de janeiro de 2025
IFRS S1 correlato ao CBPS 01: Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Resoluções CVM 217/24/218/24: Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgações relacionadas ao clima, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB e aprovadas pelo CBPS.	1º de janeiro de 2026
IFRS S2 correlato ao CBPS 02: Divulgações relacionadas ao clima		1º de janeiro de 2026
IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações	Alterada por Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Emendas à IFRS 9 e à IFRS 7) relacionadas avaliação de contratos de ativos financeiros, incluindo características de ASG (Ambiental, Social e Governança).	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Edição original, substituirá o IAS 1. Além disso, alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)).	1º de janeiro de 2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Edição original	1º de janeiro de 2027

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2025 não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 21.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, o que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita da juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (ii) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devam ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, o que deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente das perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as negociações a menos que sejam designadas como instrumentos de *hedge* efetivos. As contas de clientes dos serviços são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.7. Transações denominadas em moeda estrangeira
Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 21.

3.8. Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

3.9. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle em conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.10. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, conforme Nota 10. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.11. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo financeiro de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova renunciação dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado até a data de início da vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento referido o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera essas pagamentos.

Para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.12. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

É representado substancialmente por direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, direito de uso de circuitos e de passagem (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos), cuja composição está demonstrada na Nota 11.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.13. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

b) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- **Receitas**
Projetadas com base na realização do ano de 2024 e projeções orçamentárias para 2025, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram consideradas crescimentos decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada. A variação da receita projetada para 2025 foi em média de 3,72% a.a. em função do potencial de crescimento em cada serviço.

- **Custos e despesas operacionais**
Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

- **Investimentos de capital**
Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente.

- **Capital de terceiros**
Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

- **Taxa de desconto**
Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2024 é de 9,100% a.a. (9,02% a.a. em 2023).

- **Inflação**
A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2024 foi de 3,79% a.a. (3,57% a.a. em 2023).

3.14. Tributação

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo). Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.



CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 14.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego
O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumento salarial futuro, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Para determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 16.

Recalculs não faturadas
No processo de reconhecimento de receita ao final de cada período se considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Estas recalculs são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

Provisão para perdas de crédito esperadas
A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Provisão para desmantelamento de ativos
A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão
A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre as estimativas para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	4.344	12.737	21.359	106.983
Equivalentes de caixa ⁽¹⁾	389	443	103.427	207.359
	4.733	13.180	124.786	314.342

⁽¹⁾ Inclui valores com partes relacionadas no montante de R\$30.387 para o consolidado, com taxa média de 11,97% a.a. (R\$28 para controladora e R\$27.926 para o consolidado em 31 de dezembro de 2023, com taxa média de 11,48% a.a.).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência, são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 12,18% a.a. (11,77% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

5. CONTAS A RECEBER, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber	558.715	613.692	823.624	1.010.069
Provisão para perdas de crédito esperadas	(242.553)	(258.333)	(274.191)	(293.477)
	316.162	355.359	549.433	716.592

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	79.108	83.316	232.540	253.200
Vencidas:				
De 1 a 30 dias	366.616	345.274	381.759	359.423
De 31 a 60 dias	7.484	8.113	14.655	13.809
De 61 a 90 dias	4.798	9.278	9.797	12.284
Mais de 90 dias	185.814	252.925	212.227	281.963
	643.820	698.906	851.988	920.579
	(85.105)	(85.214)	(28.364)	89.490
	558.715	613.692	823.624	1.010.069

Contas a receber - Partes relacionadas ^(*)

^(*) Valor com as partes relacionadas Claro e Tvsat, conforme nota 15.

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo Inicial	258.333	298.088	293.477	324.971
Provisão constituída, líquida de reversão	205.530	169.271	223.698	202.473
Baixa de provisão	(221.910)	(209.026)	(242.964)	(233.967)
Saldo Final	(242.553)	(258.333)	(274.191)	(293.477)

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Material para manutenção de rede e assistência técnica	67.121	80.805		
Outros	9	10		
	67.130	80.815		
	(155)	(3.439)		
	66.975	77.376		

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	3.439	16
Provisão constituída	1	5.148
Baixas	(3.285)	(1.725)
Saldo final	155	3.439

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LIQUIDOS

7.1 TRIBUTOS A RECUPERAR, LIQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS a recuperar ⁽¹⁾	291.900	463.897	341.574	504.790
Imposto de renda retido na fonte	311	979	10.307	2.693
PIS/COFINS	-	-	-	1.664
IRPJ/CSLL	127.690	85.754	127.690	106.848
Outros	16.935	22.574	17.036	23.406
	436.836	573.204	497.007	639.401
	144.852	106.726	183.080	158.755
	291.984	466.478	313.927	480.646

ICMS do Ativo Permanente e compensáveis à razão de um quarenta e oito avos por mês, ICMS substituição tributária a ser ressarcido após sua homologação por meio de requerimento específico junto às Fazendas Estaduais, ICMS a recuperar sobre cancelamento de faturas em disputa com clientes. Em junho de 2021 a Companhia recebeu por meio de cisão parcial da Claro do negócio fixo residencial, os créditos de ICMS da mesma natureza, no montante de R\$564.771.

7.2 Tributos diferidos, líquidos
O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2024	2023	Total	2024	2023	Total
Imposto de renda	2.232.060	803.541	3.035.601	2.139.486	770.215	2.909.701
Contribuição social	61.634	25.036	83.822	65.579	23.608	89.187
Total	174.627	62.865	237.493	152.931	55.055	207.986
Realização ⁽²⁾	732	264	996	887	319	1.206
Eleitos do IFRS15/CPC 47	14.123	5.084	19.207	29.599	10.656	40.255
Ativo atuarial	17.936	6.457	24.393	19.156	6.896	26.052
Tributos com exigibilidade suspensa	89.987	32.395	122.382	67.043	24.135	91.178
Outras diferenças temporárias	2.591.099	932.795	3.523.894	2.474.681	890.884	3.365.565
	(356.978)	(128.188)	(484.266)	(356.048)	(128.177)	(484.225)
Eleitos do IFRS15/CPC 47	(11.941)	(14.299)	(16.240)	(10.688)	(3.849)	(14.536)
Outras diferenças temporárias	(368.019)	(132.487)	(500.506)	(396.736)	(132.025)	(498.761)
	(2.223.080)	(800.308)	(3.023.388)	(2.107.945)	(758.859)	(2.866.804)
	2.574.640	928.521	3.503.161	2.361.671	851.855	3.213.526

⁽¹⁾ A Companhia e sua controlada Tvsat registram um ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico de viabilidade com provável realização futura de créditos fiscais, no montante de R\$8.938 (R\$866.448 em 31 de dezembro de 2023).

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Controladora			Consolidado		
	2024	2023	Total	2024	2023	Total
Imposto de renda	1.577.164	567.779	2.144.943			
Contribuição social	637.094	229.354	866.448			
Total	68.885	24.798	93.683			
Realização ⁽²⁾	(175.198)	(63.072)	(238.270)			
Eleitos do IFRS15/CPC 47	2.107.949	758.859	2.866.804			
Ativo atuarial	6.572	2.366	8.938			
Tributos com exigibilidade suspensa	141.203	50.833	192.036			
Outras diferenças temporárias	(32.640)	(11.750)	(44.390)			
	2.223.080	800.308	3.023.388			

⁽¹⁾ A Companhia registrou um ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social, fundamentada em estudo técnico de viabilidade com provável realização futura de créditos fiscais, no montante de R\$196.992 (R\$874.711 em 31 de dezembro de 2023).

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Controladora			Consolidado		
	2024	2023	Total	2024	2023	Total
Imposto de renda	1.577.164	567.779	2.144.943			
Contribuição social	637.094	229.354	866.448			
Total	68.885	24.798	93.683			
Realização ⁽²⁾	(175.198)	(63.072)	(238.270)			
Eleitos do IFRS15/CPC 47	2.107.949	758.859	2.866.804			
Ativo atuarial	6.572	2.366	8.938			
Tributos com exigibilidade suspensa	141.203	50.833	192.036			
Outras diferenças temporárias	(32.640)	(11.750)	(44.390)			
	2.223.080	800.308	3.023.388			

⁽¹⁾ A Companhia registrou um ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$8.938 em 31 de dezembro de 2024 (R\$866.448 em 31 de dezembro de 2023) fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.

⁽²⁾ A Companhia constituiu no patrimônio líquido o efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho e perda na atualização do plano de benefício pós emprego no montante de R\$20.430 em 31 de dezembro de 2023.

⁽³⁾ A Companhia registrou no passivo o efeito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais compensados no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF no montante de R\$2.835 em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia registrou no patrimônio líquido o efeito de realização de imposto de renda e contribuição social na atualização do plano de benefício pós emprego no montante de R\$4.133 em 31 de dezembro de 2024.

Saldos em 31 de dezembro de 2022
Reconhecimento de tributos diferidos ⁽¹⁾

Constituição ⁽²⁾

Realização ⁽³⁾

Saldos em 31 de dezembro de 2023
Reconhecimento de tributos diferidos ⁽¹⁾

Constituição ⁽²⁾

Realização ⁽³⁾

Saldos em 31 de dezembro de 2024

⁽¹⁾ A Companhia registrou um ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$8.938 em 31 de dezembro de 2024 (R\$866.448 em 31 de dezembro de 2023) fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.

⁽²⁾ A Companhia constituiu no patrimônio líquido o efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho e perda na atualização do plano de benefício pós emprego no montante de R\$20.430 em 31 de dezembro de 2023.

⁽³⁾ A Companhia registrou no passivo o efeito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais compensados no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF no montante de R\$2.835 em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia registrou no patrimônio líquido o efeito de realização de imposto de renda e contribuição social na atualização do plano de benefício pós emprego no montante de R\$4.133 em 31 de dezembro de 2024.

Saldos em 31 de dezembro de 2022
Reconhecimento de tributos diferidos ⁽¹⁾

Constituição ⁽²⁾

Realização ⁽³⁾

Saldos em 31 de dezembro de 2023
Reconhecimento de tributos diferidos ⁽¹⁾

Constituição ⁽²⁾

Realização ⁽³⁾

Saldos em 31 de dezembro de 2024

⁽¹⁾ A Companhia e a controlada Tvsat registram um ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$196.992 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 874.711 em 31 de dezembro de 2023), fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.



CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

	Consolidado						Total
	Licenças de outorga	Direito de uso de software	Direito de uso de circuitos e de passagem	Carteira de clientes/contrato de uso da marca/ outros licenças	Outros ativos intangíveis	Ajuste ao valor de realização (Impairment)	
Custo em 31/12/2022	1.030	4.154.287	192.372	791.218	15.023	(5.508)	5.183.610
Adições	–	–	9.627	–	–	–	249.844
Baixas	(560)	–	–	–	–	–	(560)
Transferências	–	104.682	162.383	–	–	–	(267.065)
Custo em 31/12/2023	470	4.258.969	364.382	791.218	15.023	(5.508)	5.432.894
Adições	–	–	–	–	–	–	20.990
Baixas	–	–	(1.155)	–	–	–	(1.155)
Transferências	–	26.548	–	–	–	–	(26.548)
Custo em 31/12/2024	470	4.285.517	363.227	791.218	15.023	(5.508)	5.452.729
Amortização em 31/12/2022	(1.014)	(3.855.445)	(26.782)	(352.315)	(13.390)	5.508	(4.043.438)
Adições	(16)	(158.126)	(16.991)	(265)	(740)	–	(176.138)
Baixas	560	–	–	–	–	–	560
Transferências	–	(530)	530	–	–	–	–
Amortização em 31/12/2023	(470)	(3.814.101)	(43.243)	(352.580)	(14.130)	5.508	(4.219.016)
Adições	–	(155.435)	(22.203)	–	(368)	–	(178.006)
Amortização em 31/12/2024	(470)	(3.969.536)	(65.446)	(352.580)	(14.498)	5.508	(4.397.022)
Intangível, líquido	–	315.981	297.781	438.638	525	–	2.782

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços	1.594.533	1.661.126	1.806.558	1.812.801
Fornecedores diversos	333	345	356	387
Interconexão e roaming	1.594.866	1.661.471	1.806.914	1.813.188

12.2 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores - cessão de direito ⁽¹⁾	–	104	–	104
	1.594.866	1.661.575	1.806.914	1.813.292

⁽¹⁾ Para alguns investimentos, de mais longo prazo, a Companhia negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a Companhia anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do contas a receber destes fornecedores junto a instituições financeiras. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a Companhia.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS, LÍQUIDAS

Obrigações fiscais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS	65.977	212.941	68.500	213.094
FUST, FUNTTEL e FISTEL	60.448	40.340	60.959	41.035
PIS, COFINS	27.522	49.721	34.947	56.531
IRRF	–	169	–	169
IRPJ e CSLL	–	–	5.471	723
ISS	7.223	7.156	11.509	14.246
Cide	7.156	16.031	7.450	17.060
Outros	989	820	1.618	1.461
Total	169.315	327.178	190.454	344.319
Circulante	168.494	326.357	189.633	343.490
Não circulante	821	821	821	829

14. PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participação de empregados no resultado	118.126	130.205	123.981	134.914
Provisão para desmontamento de ativos	2.816	3.602	3.381	4.426
Total de provisões	616.643	648.693	724.120	770.613
Circulante	126.726	142.756	134.313	149.382
Não circulante	489.917	505.937	589.807	621.231

A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora				Total
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	137.689	137.489	66.758	341.936	
Adições (reversões), líquidas	127.972	48.722	38.561	215.075	
Baixas por pagamentos	(17.837)	(43.844)	(32.378)	(94.059)	
Atualização monetária	13.529	37.484	921	51.934	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	261.173	179.851	73.862	514.886	
Adições (reversões), líquidas	32.876	(41.322)	62.778	54.332	
Baixas por pagamentos	(25.317)	(47.353)	(46.910)	(119.580)	
Atualização monetária	1.638	40.724	3.701	46.063	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	270.370	131.900	93.431	495.701	

	Consolidado				Total
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	159.867	185.222	98.274	443.363	
Adições (reversões), líquidas	130.190	67.469	90.418	288.077	
Baixas por pagamentos	(19.386)	(55.339)	(92.511)	(167.236)	
Atualização monetária	15.607	52.960	(1.498)	67.069	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.278	250.312	94.683	631.273	
Adições (reversões), líquidas	39.380	(117.633)	116.782	138.529	
Baixas por pagamentos	(25.388)	(78.566)	(102.995)	(206.949)	
Atualização monetária	1.819	28.575	3.511	33.905	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	302.089	182.688	111.981	596.758	

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósitos judiciais	643.070	763.110	656.783	778.423
Bloqueios judiciais	2.736	2.830	2.940	3.203
Total	645.806	765.940	659.723	781.626

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de natureza tributária, regulatória, cível, ambiental, consumidor e trabalhista. A Administração, subsidiada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37).

14.1.1. Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos. A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	Consolidado				Total
	Ref.	Provável	Possível	Total	
ICMS	a)	250.925	2.329.998	2.580.923	221.760
FUST/FUNTTEL	b)	139	687.283	687.422	129
PIS/COFINS	c)	22.816	397.154	419.970	18.457
IRRF/CIDE	d)	–	350.769	350.769	–
TFI/TFE/TFE	e)	–	228.973	228.973	–
Outras contingências tributárias	f)	21.201	268.600	289.801	30.826
Glosas de compensação	g)	7.008	111.275	118.283	15.106
EBC	h)	–	94.800	94.800	–
Total		302.089	4.468.852	4.770.941	286.278

a) ICMS
A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$2.580.923 (R\$2.275.933 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$250.925 (R\$221.760 em 31 de dezembro de 2023). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

i. A Companhia possui contingências fiscais referentes à discussão de créditos do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$1.429.076 (R\$1.451.585 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$190.022 (R\$138.267 em 31 de dezembro de 2023).

ii. A Companhia possui ainda autuações fiscais decorrentes da exigência de ICMS sobre assinatura básica. Em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$207.654 (R\$326.053 em 31 de dezembro de 2023). Nas ações referentes a esse tema, há depósitos judiciais no montante de R\$152.840 (R\$273.786 em 31 de dezembro de 2023).

iii. A Companhia possui autuação lavrada no segundo trimestre de 2024 pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de incidência de ICMS sobre diversos serviços de valor adicionado, no montante de R\$288.814 classificado como possível em 31 de dezembro de 2024.

b) FUST/FUNTTEL

A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST. Em 31 de dezembro de 2024 o valor atualizado dessas autuações é de R\$423.433, classificado como possível (R\$393.147 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas autuações é de R\$263.850 (R\$247.058 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$139 (R\$129 em 31 de dezembro de 2023).

c) PIS/COFINS

A Companhia e as suas controladas TdB e Tvsat possuem autuações de PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas autuações é de R\$419.970 (R\$379.495 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$22.816 (R\$18.457 em 31 de dezembro de 2023).

d) IRRF/CIDE

A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem contingências fiscais de IRRF e CIDE. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$350.769 (R\$329.002 em 31 de dezembro de 2023). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

e) Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI"), Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFE") e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento ("TFE")
A Companhia possui contingência referente ao suposto não recolhimento de TFI, TFE e TFE. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$228.973 (R\$245.203 em 31 de dezembro de 2023). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

f) Outras contingências tributárias

A Companhia e suas controladas TdB e Tvsat possuem outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$289.801 (R\$221.657 em 31 de dezembro de 2023). Foi constituída provisão no valor de R\$21.201 (R\$30.826 em 31 de dezembro de 2023).

g) Glosas de compensação

A Companhia e suas controladas TdB, Tvsat e Reyc possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldo Negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$118.283 (R\$128.471 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$7.008 (R\$15.106 em 31 de dezembro de 2023).

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

A Companhia possui contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$94.800 (R\$85.927 em 31 de dezembro de 2023). A Administração e seus consultores jurídicos da Companhia avaliam como possível a probabilidade de perda.

14.1.2. Contingências regulatórias, cíveis, consumidor, ambientais e outros

Incluem diversas demandas regulatórias, cíveis, consumidor e ambientais, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

A Companhia e suas controladas respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais.

A composição da carteira de processos é, majoritariamente, integrada por ações judiciais de consumidores, com baixo ticket médio e considerável volume de processos. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	Consolidado				Total
	Ref.	Provável	Possível	Total	
Cíveis	a)	155.501	290.457	445.958	218.175
Regulatórias	b)	16.251	112.506	128.757	16.723
Consumidor	c)	10.334	61.255	71.589	14.468
Ambientais e outros	d)	602	23.954	24.556	946
Total		182.688	488.172	670.860	250.312

a) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2024 as contingências classificadas como prováveis referentes a processos cíveis somavam de R\$155.501 (R\$218.175 em 31 de dezembro de 2023) e R\$290.457 (R\$327.623 em 31 de dezembro de 2023) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.

b) Contingências regulatórias

A Companhia e suas controladas discutem, no âmbito administrativo e judicial, descumprimentos de regulamentos setoriais, especificamente relacionados à i) cobertura da rede e à ii) qualidade dos serviços. Em 31 de dezembro de 2024, a contingência classificada como provável no valor de R\$16.251 (R\$16.723 em 31 de dezembro de 2023) e R\$112.506 (R\$100.800 em 31 de dezembro de 2023) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis.

c) Contingências consumidor

Em 31 de dezembro de 2024 as contingências classificadas como prováveis referentes a processos de consumidores somavam R\$10.334 (R\$14.468 em 31 de dezembro de 2023) e R\$61.255 (R\$60.490 em 31 de dezembro de 2023) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.

d) Contingências ambientais e outros

A Companhia estima que as perdas prováveis referentes a processos ambientais e outros somam R\$602 (R\$694 em 31 de dezembro de 2023) e R\$23.954 (R\$27.266 em 31 de dezembro de 2023) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis.

14.1.3. Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém uma provisão no valor de R\$111.981 (R\$94.683 em 31 de dezembro de 2023) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como prováveis de perda e R\$112.639 (R\$95.233 em 31 de dezembro de 2023) classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda, referente ao potencial risco de perda em relação às reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são atualizados monetariamente de acordo com a tabela disponibilizada pelo TST ("Tribunal Superior do Trabalho"), acessada de jure mensalmente em 1º.

14.2 Provisão para desmontamento de ativos

A Companhia e sua controlada mantêm registrada provisão para obrigações decorrentes de desmontamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmontamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$1.037 (R\$1.882 em 31 de dezembro de 2023). E o montante de R\$3.381 a crédito no passivo, na rubrica de provisões não circulante (R\$4



CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ: 66.970.229/0001-67



Com a Claro, você se conecta com o que ama.

Eu o novo

→ continuação

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2024	2023
	PCV	PCV
Saldo inicial	6.045	3.837
Rendimentos sobre ativos do plano	537	377
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) à taxa de desconto	(1)	2.105
Benefícios pagos	(420)	(274)
Saldo final	6.161	6.045

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2024	2023
	PCV	PCV
Saldo inicial	(3.321)	(1.286)
Juros	(302)	(131)
Mudança superávit irrecuperável durante o período	1.464	(1.904)
Saldo final	(2.159)	(3.321)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano de saúde:

Ano	Plano de saúde	PCV
2025	342	497
2026	485	494
2027	661	490
2028	862	485
2029	1.153	480
2030 a 2034	15.956	2.311

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado para os planos são:

	2024	2023
	Plano de saúde	PCV
Custo do serviço corrente	(1.346)	(4)
Juros líquido passivo (ativo)	(7.080)	2
	(8.426)	(3)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) **Fatores econômicos**

(I) Taxa de desconto 11,20% a.a.

(II) Taxa anual de inflação a longo prazo 3,50% a.a.

b) **Fatores biométricos**

(i) Tábua de mortalidade geral AT-2000 (1)

(ii) Tábua de mortalidade de inválidos CSO 80

(iii) Tábua de entrada em invalidez UP 84 modified

(iv) Rotatividade T10 Service table

(v) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos são como seguem:

	Plano de saúde	PCV
Taxa de desconto	10,20% - 12,20%	10,42% - 12,42%
Custos médicos	Crescimento/Redução de 1%	-

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	Taxa de desconto	Plano de saúde	PCV
1%	-1%	58.451	(89.163)
Plano de saúde		89.600	(58.007)
1%	-1%	3.744	(4.250)

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 é de 11,87% (em 31 de dezembro de 2023 era de 13,11%) com prazo médio de vencimento de sete anos.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.898	35.837
Adições, líquidas (1)	110.270	113.827
Encargos financeiros	8.472	9.930
Pagamentos	(53.515)	(60.224)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.125	99.370
Adições, líquidas (1)	17.045	12.443
Encargos financeiros	7.944	9.235
Pagamentos	(70.797)	(75.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.317	46.034

Circulante 28.051 30.213

Não circulante 10.266 15.821

(1) Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	Consolidado
Vencimentos das prestações	35.240	37.828
2025	7.767	11.369
2026	2.275	4.002
2027	1.162	2.171
2028	742	945
Posterior a 2029	854	1.205
Valores não descontados	48.040	57.520
Juros embutidos	(9.723)	(11.486)
	38.317	46.034

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia era de R\$21.430.205, dividido em 86.447.902.881 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) **Reserva legal**

A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual.

Não houve constituição em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pois a Companhia apresentou prejuízo acumulado.

c) **Outros resultados abrangentes**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais de R\$8.023 (R\$39.658 em 31 de dezembro de 2023).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Antônio Guaraldi Félix - Presidente

Alejandro Cantú Jiménez - Vice-Presidente

Ernesto Carlos Leyva Pedrosa - Membro Efetivo

DIRETORIA

José Antônio Guaraldi Félix - Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso - Diretor Executivo Administrativo e Financeiro

Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Diretor Executivo Jurídico e Regulatório

Rodrigo Marques de Oliveira - Diretor Executivo de Estratégia e Gestão Operacional

Daniel Feldmann Barros - Diretor

Paulo Cesar Pereira Teixeira - Diretor

José Formoso Martínez - Diretor

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino

CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Claro NXT Telecomunicações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro NXT Telecomunicações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas

internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2025

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S. Ltda.

CRC-SP034519/O

Bruno Franco Bianchi

Contador - RJ-112137/O

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

19. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Receita bruta de serviços	19.198.292	18.540.796
Deduções vendas:		
Tributos	(2.956.405)	(2.883.241)
Descontos concedidos	(324.005)	(292.644)
Receita operacional, líquida	15.917.882	15.374.911

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir, demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(9.986.381)	(9.788.131)
Despesas comerciais	(2.442.526)	(2.509.276)
Despesas gerais e administrativas	(670.161)	(755.823)
Outras despesas operacionais, líquidas	(64.367)	(218.747)
Serviços de terceiros	(13.163.435)	(13.271.977)
Depreciação e amortização	(3.260.983)	(3.170.574)
Mão de obra própria	(3.322.572)	(3.311.473)
Canais de conteúdo	(1.160.532)	(1.212.393)
Interconexão	(3.406.517)	(3.383.019)
Publicidade	(283.242)	(225.568)
Perda com recebíveis (1)	(448.477)	(417.038)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(270.751)	(345.995)

(1) Compreende provisão para perda de crédito esperada e, também, outras perdas com contas a receber.

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Receitas financeiras	58.938	125.010
Juros sobre tributos e outros	10.146	13.493
Juros sobre mútuos	118.300	268.607
Outras receitas financeiras	-	6.921
Juros sobre passivo atuarial	-	914.956
Variações cambiais, líquidas	-	26
Variações monetárias, líquidas	187.384	1.329.013
Despesas financeiras	(736.000)	(745.846)
Juros sobre mútuos	(25.646)	(59.399)
Provisão de contingências	(109.747)	(136.749)
Arrendamentos	(7.944)	(8.472)
Juros sobre passivo atuarial	(7.276)	-
Outras despesas financeiras	(13.425)	(16.206)
Variações cambiais, líquidas	(2.462.924)	-
Variações monetárias, líquidas	(124)	(56)
	(3.363.086)	(966.672)
	(3.175.702)	(2.895.919)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Correntes	5.494	(157.965)
Imposto de renda	2.818	(59.194)
Contribuição social	8.312	(217.159)
Diferidos	118.174	516.168
Imposto de renda	42.543	185.820
Contribuição social	160.717	701.988
	169.029	484.829

Algumas controladas da Companhia possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R\$1.121.254 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.399.292 em 31 de dezembro de 2023), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	38.811	2.728.985
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(13.195)	(927.855)
Ajustes para cálculo do crédito tributário: Equivalência patrimonial	156.422	89.661
Despesas não dedutíveis	16.864	(47.109)
Tributos diferidos (1)	8.938	1.259.994
Perdas com recebíveis	-	(289)
Incentivos fiscais (2)	-	110.138
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício	169.029	484.829
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.312	(217.159)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	160.717	701.988
Imposto de renda e contribuição social do exercício	169.029	484.829
Taxa efetiva	435,5%	17,8%

(1) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme nota 7.2, sem perspectiva de recuperação.

(2) Em 2023, a Companhia registrou o impacto de R\$103.483 decorrente da não computação na determinação do lucro real dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar citada e no art. 30 da Lei 12.973/2014. Em virtude da publicação da Lei 14.789/23, a partir de 2024 a Companhia passou a não excluir o benefício.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) **Valores estimados de mercado**

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juro de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos e notas comerciais com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.

Para determinação do valor justo dos empréstimos, conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juro para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem assim ser apresentados.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

	Hierarquia de valor justo	Consolidado
		31/12/2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	(1) Nível 1	124.786
Contas a receber	(2) Nível 2	549.433
Depósitos e bloqueios judiciais	(1) Nível 1	659.723
Debêntures com partes relacionadas	(2) Nível 2	-
Notas comerciais com partes relacionadas	(2) Nível 2	2.349.909
Mútuos com partes relacionadas em real	(2) Nível 2	2.339.082
Mútuos com partes relacionadas em dólar	(2) Nível 2	1.806.914
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(2) Nível 2	1.806.914
Passivo de arrendamento	(2) Nível 2	46.035
Mútuos com partes relacionadas em real	(2) Nível 2	4.976.589
Mútuos com partes relacionadas em dólar	(2) Nível 2	7.12